



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Processo: RECUPERAÇÃO JUDICIAL n. 8060177-04.2022.8.05.0001

Órgão Julgador: 2ª V EMPRESARIAL DE SALVADOR

AUTOR: CETRO RM SERVICOS LTDA

Advogado(s): VICTOR BARBOSA DUTRA (OAB:BA50678)

REU: CETRO RM SERVICOS LTDA

Advogado(s):

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o ato abaixo foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 17/04/2023.

Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

O prazo terá início em

Prazo (dias)

15

Término do prazo

Teor do ato: " PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

2ª V EMPRESARIAL DE SALVADOR

DECISÃO

8060177-04.2022.8.05.0001 Recuperação Judicial

Jurisdição: Salvador - Região Metropolitana

Autor: Cetro Rm Servicos Ltda

Advogado: Victor Barbosa Dutra (OAB:BA50678)

Reu: Cetro Rm Servicos Ltda

Terceiro Interessado: Advocacia Orlando Kalil Filho

Advogado: Marcus Vinicius Alcantara Kalil (OAB:BA16714)

Terceiro Interessado: Juceb - Junta Comercial Do Estado Da Bahia

Terceiro Interessado: Ministério Público Do Estado Da Bahia

Terceiro Interessado: União Federal / Fazenda Nacional

Decisão:

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

2ª V EMPRESARIAL DE SALVADOR

Processo: RECUPERAÇÃO JUDICIAL n. 8060177-04.2022.8.05.0001

Órgão Julgador: 2ª V EMPRESARIAL DE SALVADOR

AUTOR: CETRO RM SERVICOS LTDA

Advogado(s): VICTOR BARBOSA DUTRA (OAB:BA50678)

REU: CETRO RM SERVICOS LTDA

Advogado(s):

DECISÃO

Através da petição de id. 378813132, a recuperanda apresentou pedido de Tutela de urgência, no sentido de que fosse realizada manifestação deste juízo sobre a inaplicabilidade, no atual momento processual, da exigência de declaração ou certidão embasadas no art. 58 da Lei 11.101/2005.

Através da Decisão de id. 376337782, foi determinado que o Sr. Administrador Judicial se manifestasse acerca do pedido acima, o que se deu por meio da petição de id. 380536135, na qual o parecer foi favorável ao pleito da Recuperanda.

É o relatório.

No esteio do parecer do Sr. Administrador Judicial, este Juízo possui entendimento de que a exigência feita pela Administração Pública, através de seus pregoeiros, de que a recuperanda deve apresentar, para se habilitar nos certames licitatórios, certidão de viabilidade econômica e financeira, é notadamente ilícita.

Tal exigência consta no documento de id. 378813137, fl. 02, na mensagem da sessão pública realizada no dia 23/02/2023, às 15:08:58), bem como no que tange à mensagem enviada no dia 24/03/2013, às 13:12:25, de fl. 01 do citado id.

Como bem dito pelo Sr. Administrador Judicial, ou AJ, o art. 58 da Lei 11.101/2005 não pode ser exigido, vez que o processo não alcançou tal estágio. Ainda, sequer, foi realizada a AGC.

Não compete ao Juízo da Recuperação Judicial avaliar a capacidade econômico-financeira, mas tão somente, no estrito cumprimento da Lei, observar se a empresa em recuperação Judicial se encontra atendendo às determinações legais, cabendo aos Credores, que são soberanos, aprovar ou rejeitar o plano de Recuperação Judicial apresentado. É o mercado empresarial quem, no dia a dia, vai atestar a viabilidade econômica e financeira de toda e qualquer empresa.

Assim, no esteio do parecer mencionado, declaro que é inexigível, nos termos da lei 11.101/2005, a apresentação de certidão desprovida de previsão legal, como já exposto acima, devendo a Administração Pública, nos termos legais, corroborar com a recuperação da empresa, não lhe exigindo o que a Lei assim não determina, de forma a permitir que a empresa exerça sua atividade empresária.

Vale destacar que, ainda que não é possível, no atual momento processual a exigência do art. 58 da Lei 11.101/2005.

Serve a presente decisão como ofício, que pode ser entregue diretamente pela Recuperanda à quem de direito, a fim de viabilizar a correta e regular execução de sua atuação empresária.

SALVADOR - BA, 14 de abril de 2023.

Benício Mascarenhas Neto

Juiz Titular

.

SALVADOR - REGIÃO METROPOLITANA/BA, 4 de junho de 2023.

(documento gerado e assinado automaticamente pelo PJe)

Assinado eletronicamente por: **Usuário do sistema**

04/06/2023 21:37:02

Usuário do sistema

04/06/2023 21:37:02

<https://pje.tjba.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **392173701**



23060421370212300000381282392

IMPRIMIR

GERAR PDF